



53

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0003965-50.2014.8.17.0000(0333122-8)

IMPETRANTE: ADILSON BENEDITO FELIX

PACIENTE: ADILSON BENEDITO FELIX

RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. REVOGAÇÃO DO DECRETO CAUTELAR, ANTE A AUSÊNCIA DE REQUISITOS AUTORIZADORES PARA PRISÃO. PROLAÇÃO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. NOVO TÍTULO ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA PROLATADA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL NOS TERMOS DA SÚMULA Nº 21, DO STJ. **ORDEM DENEGADA POR UNANIMIDADE.**

- Descabe falar em revogação do decreto de prisão preventiva quando há prolação de sentença de pronúncia em desfavor do paciente, já que essa se constitui um novo título a justificar a manutenção da medida cautelar.
- Com a prolação da sentença de pronúncia, não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo, conforme entendimento consolidado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, em sua Súmula nº 21.
- Também não se vislumbra, na espécie, o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo do lapso de tempo entre a sentença de pronúncia (21/05/2014) e a realização do julgamento perante o Tribunal do Júri.

ACÓRDÃO

54

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 333122-8 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 27 de maio de 2014.



Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Relator/Presidente



55

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003965-50.2014.8.17.0000(0333122-8)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ADILSON BENEDITO FELIX

PACIENTE: ADILSON BENEDITO FELIX

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

O paciente Adilson Benedito Félix impetra a presente ordem de *habeas corpus* Liberatório, com pedido de liminar, em seu favor, com fundamento no art. 5º, inciso LXVIII da Constituição Federal, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Moreno-PE.

Consta nos autos que o paciente foi preso no dia 23.09.2011, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, inciso II e IV, do Código Penal, estando à disposição da autoridade coatora nos autos do processo de nº 000810-78.2011.8.17.0970.

Aduz o impetrante/paciente que se encontra sofrendo constrangimento ilegal pelo fato de não haver uma definição de sua situação jurídica, pois está preso desde o dia 23/09/2011, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada, configurando assim constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Alega também que possui endereço fixo, trabalho honesto, não havendo motivos legais para a manutenção da prisão preventiva.

Requer, assim, a concessão da liberdade provisória, ante a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, com a consequente, expedição do alvará de soltura em seu favor.

Ao apresentar as informações, a autoridade apontada coatora, às fls. 25 e 26, relata que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, §2º, incisos I e IV, todos do Código Penal.

Informa ainda o magistrado que a audiência de instrução e julgamento foi devidamente realizada e foram apresentadas as alegações finais pelo Ministério Público (fls. 297/298), estando os autos na Defensoria Pública para as alegações finais desde o dia 20/02/2014, sem que tenham sido apresentadas suas alegações derradeiras.

Assevera ainda que a prisão preventiva do paciente está fundamentada na sua contumácia no cometimento de delitos, buscando evitar a prática de novas infrações penais.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 05 a 10.

Às fls. 17 e 18, consta decisão indeferindo o pedido de liminar formulado.

Às fls. 25 e 26, o magistrado apresentou as suas informações de Estilo.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 47 a 49, opinou pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

Recife, 27 de maio de 2014.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator/Presidente



57

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003965-50.2014.8.17.0000(0333122-8)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ADILSON BENEDITO FELIX

PACIENTE: ADILSON BENEDITO FELIX

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

O paciente Adilson Benedito Félix impetra a presente ordem de *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em seu favor, com fundamento no art. 5º, inciso LXVIII da Constituição Federal, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Moreno-PE.

Aduz o impetrante/paciente que se encontra sofrendo constrangimento ilegal pelo fato de não haver uma definição de sua situação jurídica, pois está preso desde o dia 23/09/2011, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada, configurando assim constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Alega também que possui endereço fixo, trabalho honesto, não havendo motivos legais para a manutenção da prisão preventiva.

Requer, assim, a concessão da liberdade provisória, ante a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, com a consequente, expedição do alvará de soltura em seu favor.

Passo agora à análise da impetração.

O presente *mandamus* visa a sua soltura do impetrante/paciente, tendo em vista a configuração de excesso de prazo para conclusão da instrução criminal.

De acordo com as informações prestadas pela autoridade coatora, o retardo na tramitação processual não é decorrente de desídia do Poder Judiciário, mas resultado da complexidade do processo, com necessidade de expedição de cartas precatórias para oitiva de testemunhas, motivo que demanda período superior aos trâmites processuais necessários à conclusão da instrução.

Ora, diante do relato feito pelo magistrado *a quo* a respeito do andamento processual tenho que não há que se falar em demora injustificada no processamento do feito, já que do dia da segregação do paciente até o presente momento, o processo não ficou estagnado.

Além do mais, a alegação de excesso de prazo encontra-se superada, uma vez que, através do sistema *judwin*, consta que o paciente já foi pronunciado, estando o processo em fase de intimação da sentença de pronúncia, não havendo registro de qualquer fato novo que deva ensejar a revogação da custódia cautelar.

Sendo assim, não há que se falar em excesso de prazo na formação da culpa, tendo em vista que o paciente já foi pronunciado, estando, inclusive, o processo em fase de intimação das partes da referida decisão. No entanto, o julgamento do paciente perante o Tribunal do Júri em breve irá ocorrer.

Desta forma, no caso em análise impende seguir a orientação determinada pela Súmula nº 21, do Superior Tribunal de Justiça:

"PRONUNCIADO O RÉU, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL DA PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO".

Ademais, não há que se falar em excesso de prazo entre a pronúncia proferida em 21/05/2014 e a realização do julgamento perante o Júri Popular, tendo em vista o exíguo lapso temporal.

Na presente ordem de *habeas corpus*, o impetrante/paciente busca ainda a revogação do decreto de prisão preventiva, ante a ausência dos requisitos elencados nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal.

Em que pese o argumento levantado pelo impetrante ora paciente – quanto à carência de fundamentação do decreto prisional - tenho que não merece prosperar. Isso porque, muito embora seja essa a decisão questionada no *writ*, o exame dos autos permite inferir, repita-se, que tal *decisum* cedeu lugar a um novo título prisional, qual seja, a sentença de pronúncia.

Nessas circunstâncias, tem-se que é descabido o argumento referente à revogação da custódia preventiva, se há nos autos prolação de sentença de pronúncia em desfavor do paciente, já que essa se constitui em novo título a justificar a manutenção da medida.

Válida a menção ao seguinte julgado proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO CAUTELAR. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NOVO TÍTULO. 1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, com a prolação da sentença de pronúncia que (...) mantém a prisão cautelar do paciente, fica superada a alegação de falta de fundamentação do decreto de prisão preventiva, uma vez que a segregação decorre de novo título.

2. Agravo regimental improvido.(STJ. AgRg no HC: 152996/PR. Processo n.º 2009/0219680-4. Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior. Data de Julgamento: 02/02/2012. Sexta Turma. Data de Publicação: DJe 13/02/2012)

Por sua vez, quanto às condições favoráveis do réu – primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida – não se olvide que a jurisprudência, em diversas oportunidades, já se manifestou no sentido de que tais condições, não autorizam, por si só, a revogação da prisão preventiva. Mencione-se:

As circunstâncias de primariedade, bons antecedentes, emprego e residência fixa, por si sós, não constituem motivo, bastante para ilidirem o decreto da prisão preventiva, quando esta se reveste dos elementos necessários e devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, na conveniência da instrução criminal e na aplicação da lei penal.(STJ-RHC

2434/PB- 5ª turma, rel. Ministro. Cid. Flaquer Scartezzini, DJU 15.02.93, p.1693).

Posto isto, não vislumbrando qualquer constrangimento ilegal a ser sanado através do presente *writ*, o meu voto é pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.